

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

Advogado

LEIA COM ATENÇÃO!

- 01.** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02.** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 30 (trinta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 03.** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
- 04.** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, o seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada comunique imediatamente ao fiscal.
- 05.** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a folha de respostas.
- 06.** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul e faça as marcas de acordo com o modelo afixado no quadro. A marcação da folha de respostas é definitiva, não admitindo rasuras.
- 07.** Só marque uma resposta para cada questão.
- 08.** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 09.** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos, a ela correspondentes, serão atribuídos a todos os candidatos.
- 10.** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. A interpretação das questões faz parte da avaliação (prova).

Prova de Língua Portuguesa

Entre o conselho e a ordem

Tenho uma boa notícia para você, leitor. Agora você já pode acreditar no que eu escrevo, porque, desde o último dia 17, não sou mais um charlatão. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em caráter definitivo que o diploma de jornalismo não é necessário para o exercício regular da profissão.

Como sói acontecer, todos os ministros do chamado Pretório Excelso presentes à sessão, menos o Marco Aurélio Mello, concordaram que a exigência do canudo violava os princípios constitucionais da liberdade de imprensa e da livre manifestação do pensamento.

Partilho dessa opinião. Não que até o dia 17 o Brasil vivesse sob o signo de Ahmadinejad, num estado de absoluto arbítrio e misericordiosa censura. Mas é forçoso reconhecer um país no qual se dispensam controles para definir quem pode e quem não pode escrever em jornais está mais perto da plenitude liberal democrática. Nunca é demais recordar que o decreto-lei 972/1969, que estabelecia a exigência do diploma, foi baixado pelo governo militar durante os anos de chumbo.

Não é esse, porém, o aspecto do julgamento que eu gostaria de ressaltar. O que me parece ser o ponto central é a questão da liberdade de ofício. O inciso XIII do artigo 5º da Carta estabelece: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Um velho provérbio alemão assevera que o diabo se esconde nos detalhes. Em que casos convém que o legislador regulamente uma profissão?

A maioria das pessoas dotadas de justo quinhão de bom senso tende a concordar que o licenciamento só é necessário para ofícios que requeiram um saber técnico bastante preciso, como medicina e engenharia, ou exijam alguma perícia específica, a exemplo de piloto de avião, cuja ausência represente ponderável risco para a população.

Um jornalista até pode divulgar informações falsas que acabam provocando grandes estragos. Mas buscar um conjunto de matérias teóricas que capacitem um estudante a tornar-se um bom repórter ou editor é tarefa fadada ao fracasso. Trocando em miúdos, podemos afirmar que o engenheiro, para fazer com que a ponte fique em pé, precisa ter cursado cálculo I e II e conhecer certas noções de física que podem ser aprendidas nas escolas politécnicas. O médico, para receitar uma droga, precisa saber algo de bioquímica e farmacologia. Mas o que dizer do jornalista? O

que ele precisa além de noções de português (em tese obtidas no processo de alfabetização) e de disposição para estudar um pouco o assunto de que vai falar? Talvez, se houvesse as disciplinas verdade I, II, III e IV, reconhecidas pelo MEC... Nunca é demais insistir, ninguém se torna ético só porque assistiu a aulas de ética na faculdade de filosofia. Afirmar, como se faz por aí, que escolas de jornalismo são garantia de bom comportamento moral no exercício da profissão faz tanto sentido quanto dizer que quem vai à missa não comete pecados. (...)

Como lembrou o sempre sensato ministro Celso de Mello, a regra geral deveria ser a liberdade de ofício. Entretanto, ele contou pelo menos cinco projetos de lei que tramitam no Congresso e tratam da regulamentação das profissões de modelo de passarela, designer de interiores, detetives, babás e escritores. Acrescento, por minha conta, as de demonstrador de mercadorias (PL 5451/09), cerimonialista (PL 5425/09), educador social (PL 5346/09), fotógrafo (PL 5187/09), depilador (PL 4771/09). Já resvalando no reino da fantasia, busca-se também regulamentar a ocupação de astrólogo (PL 6748/02) e terapeuta naturista (PL 2916/92). Pergunto-me como nossos solertes parlamentares puderam se esquecer de regular os ofícios de Papai Noel e das indispensáveis fadas.

Em muitos casos, as propostas são oportunamente esquecidas nos escaninhos do Legislativo (há um lado bom na inoperância do Congresso), mas nem sempre. Categorias mais poderosas como a de médicos e advogados obtiveram o que seria impensável num Estado verdadeiramente republicano. Os discípulos de Esculápio, por exemplo, conseguiram transformar em lei geral o Código de Ética que eles mesmos elaboraram. Já nossos nobres causídicos deram um novo significado à noção de lobby ao inscrever não em lei ordinária, mas na própria Constituição o direito de indicar juízes para praticamente todas as cortes do país e de propor ações diretas de inconstitucionalidade (privilégio reservado a poucos). Pior, cuidaram para que a Lei Maior do país trouxesse um dispositivo que atua como impedimento a que o cidadão represente a si mesmo em juízo – erro lógico que nega o próprio conceito de cidadania.

Gostaria que a extinção da exigência de diploma de jornalista fosse o primeiro passo num movimento mais geral de descorporativização do Estado, mas receio que seja apenas um caso isolado. A mentalidade cartorial-corporativista está bem arraigada na alma do brasileiro. É uma pena. Esse seria um bom momento para mudanças. As divisões clássicas entre as ciências estão ruindo. Faz cada vez menos sentido compartimentalizar o saber – e, conseqüentemente, o ensino – em ramos pré-definidos como física, química, biologia. A pesquisa de ponta se faz hoje através de

casamentos improváveis como aquele entre médicos e matemáticos (medicina baseada em evidências) ou entre economistas e neurocientistas (economia comportamental). A perseverar a inércia patrimonialista, enquanto o mundo estiver produzindo nova e boa ciência, nós por aqui estaremos paralisados: não teremos os especialistas necessários porque eles não saberão se devem contribuir para o conselho de biólogos ou a ordem dos estatísticos.

(Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u585738.shtml>)

Texto adaptado.

QUESTÃO 01

Conforme o 6º parágrafo do texto, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Cursar escolas de jornalismo não é garantia para um comportamento ilibado no exercício da profissão.
- (B) Os jornalistas, ao divulgar maledicências, enfraquecem os danos que podem causar.
- (C) Os engenheiros precisam de conhecimentos altamente técnicos, ensinados somente pelas universidades.
- (D) Buscar um conjunto de matérias teóricas, para capacitar um estudante a se tornar um bom repórter, será um sucesso.

QUESTÃO 02

Tendo em vista os três primeiros parágrafos do texto, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Antes da decisão do STF, o Brasil vivia num estado de absoluto poderio e misericordiosa censura.
- (B) Foi baixado um decreto-lei, nos anos de repressão, garantindo o direito do livre exercício da profissão de jornalista.
- (C) O autor não pode mais ser considerado um trapaceiro, por causa da decisão, em caráter categórico, do STF.
- (D) Todos os magistrados enjeitaram que o diploma de jornalismo feria os princípios constitucionais da liberdade de imprensa.

QUESTÃO 03

De acordo com o 8º parágrafo do texto, pode-se afirmar:

- (A) A Constituição veda o direito do cidadão representar a si mesmo em juízo.
- (B) Todos os projetos de lei são levados à votação no Legislativo.
- (C) O Código de Ética dos causídicos foi elaborado por eles mesmos.
- (D) Os discípulos do Esculápio inscreveram na Carta Magna o direito de indicar juízes para todas as cortes do Brasil.

QUESTÃO 04

Com referência ao 5º parágrafo do texto, grande parte das pessoas com bom senso:

- (A) Difere que o licenciamento da profissão está fadado ao revés.
- (B) Anui que o licenciamento da profissão requer ressalvas.
- (C) Reconhece que o licenciamento da profissão deve acontecer para todos os ofícios.
- (D) Admite que o licenciamento da profissão é pífio para todas as ocupações.

QUESTÃO 05

Em relação ao 9º parágrafo do texto, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não serão formados novos especialistas porque eles sentir-se-ão irresolutos a que conselho ou ordem devem contribuir.
- (B) A mentalidade cartorial-corporativista é muito efêmera para o brasileiro.
- (C) Com a inércia patrimonialista, os brasileiros produzirão novos e seguros especialistas sobre a que conselho devem amparar.
- (D) A extinção da exigência de diploma de jornalismo é apenas um passo para burocratizar o Estado.

QUESTÃO 06

Leia:

“(...) Pergunto-me como nossos **solertes** parlamentares puderam se esquecer de regular os ofícios de Papai Noel e das indispensáveis fadas. (...)”

O vocábulo que substitui adequadamente o que está destacado é:

- (A) Inexoráveis.
- (B) Sagazes.
- (C) Rigorosos.
- (D) Inflexíveis.

QUESTÃO 07

As expressões sublinhadas apresentam sua correspondência **CORRETA** em:

- (A) “(...) Pior, cuidaram para que a Lei Maior do país trouxesse um dispositivo que atua como impedimento a que o cidadão represente a si mesmo em juízo – erro lógico que nega o próprio conceito de cidadania. (...)” (= causa)
- (B) “(...) Talvez, se houvesse as disciplinas verdade I, II, III e IV, reconhecidas pelo MEC... (...)” (= concessão)
- (C) “(...) Afirmar, como se faz por aí, que escolas de jornalismo são garantia de bom comportamento moral no exercício da profissão faz tanto sentido quanto dizer que quem vai à missa não comete pecados. (...)” (= conformidade)
- (D) “(...) A perseverar a inércia patrimonialista, enquanto o mundo estiver produzindo nova e boa ciência, nós por aqui estaremos paralisados (...)” (= consequência)

QUESTÃO 08

Marque a alternativa em que todas as palavras são formadas pelo mesmo tipo de derivação:

- (A) Abalo, enfileirar, castigo.
- (B) Alistar, desalmado, empalidecer.
- (C) Jogador, boiada, infelizmente.
- (D) Incapaz, achatamento, refresco.

QUESTÃO 09

Marque a alternativa em que a forma verbal traduza um fato habitual, durativo, no pretérito:

- (A) Minha mãe possuía um excelente coração.
- (B) O fim não justifica os meios.
- (C) Se ela não tira o bebê depressa, seria uma tragédia.
- (D) Fora injustiça destituí-lo do cargo.

QUESTÃO 10

Observe:

“As moças **eram encantadoras.**”

Marque a assertiva cuja classificação do predicado seja idêntica da oração destacada:

- (A) Os inimigos chamaram-lhe traidor.
- (B) O tempo continua chuvoso.
- (C) Lentas e tristes, as pessoas iam passando.
- (D) O réu deixou a sala abatido.

QUESTÃO 11

Marque a alternativa em que a concordância nominal esteja **INCORRETA**:

- (A) Disse-me que não iria à festa, ainda que convidassem-na.
- (B) Não lhe pedirei nada até que retorne de sua viagem.
- (C) Calei-me para não contrariá-lo.
- (D) Nunca se queixa nem se aborrece.

QUESTÃO 12

Leia:

- I. Calçados _____ Luís XV.
- II. Peça desculpas _____ sua irmã.
- III. A concórdia une _____ nações.
- IV. Plantou videiras no pomar, _____ quais dedica muito carinho.

A sequência que preenche corretamente e respectivamente as lacunas é:

- (A) À, a, as, às.
- (B) A, a, as, às.
- (C) À, à, às, as.
- (D) À, à, as, as.

QUESTÃO 13

Sobre as figuras de linguagem, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As sempre-vivas morreram. (Hipérbole)
- (B) Valentia covarde é assaltar e matar pessoas indefesas. (Pleonasmo)
- (C) Toda profissão tem seus espinhos. (Metáfora)
- (D) Sua voz doce e aveludada era uma carícia em meus ouvidos. (Antítese)

QUESTÃO 14

Quanto ao emprego dos numerais, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Ambas as mãos estavam feridas.
- (B) Emprestei-lhe um mil e seiscentos reais.
- (C) Os dois milhões de moedas serão cunhados neste ano.
- (D) Na guerra, os meus dedos disparam mil mortes.

QUESTÃO 15

Marque a assertiva em que a concordância nominal esteja **CORRETA**:

- (A) Velhas revistas e livros enchiam as prateleiras.
- (B) Não havia provas bastante para condenar o réu.
- (C) Remeto-lhe, anexo, duas cópias do contrato.
- (D) Encontrei jogadas no chão o álbum e as cartas.

Prova de Conhecimentos Específicos Advogado

QUESTÃO 16

Acerca dos contratos administrativos, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (B) O instrumento de contrato é obrigatório em todos os casos de concorrência, tomada de preços, dispensa e inexigibilidade.
- (C) A lei permite o contrato por prazo indeterminado, desde que em caráter excepcional e devidamente justificado.
- (D) A declaração de nulidade do contrato administrativo não opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir.

QUESTÃO 17

Com relação às Parcerias Públicas-Privadas disciplinadas pela Lei 11.079/04, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Na contratação de parceria público-privada deverá ser observada, dentre outras diretrizes, a repartição objetiva de riscos entre as partes.
- (B) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
- (C) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.
- (D) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra e o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

QUESTÃO 18

Com base na lei 8.429/92 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) As disposições da Lei de Improbidade aplicam-se àquele que, mesmo não sendo agente público, beneficie-se do ato ímprobo, sob qualquer forma direta ou indireta.
- (B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória, podendo a autoridade judicial ou administrativa competente determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- (C) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) A aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas do Estado.

QUESTÃO 19

Acerca das normas constitucionais do meio ambiente é **INCORRETO** afirmar:

- (A) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (B) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, exclusivamente, ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (C) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sob pena de não serem instaladas.
- (D) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

QUESTÃO 20

Quanto às competências em matéria ambiental, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, ainda que haja contrariedade.
- (B) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (C) A competência legislativa plena ocorre nos casos de peculiaridades próprias dos estados que poderão legislar no caso de inexistência de lei federal sobre as normas gerais. Entretanto, a norma estadual não poderá exorbitar da peculiaridade ou do próprio interesse do Estado.
- (D) A exigência de apresentação, no processo de licenciamento ambiental, de certidão da Prefeitura Municipal sobre a conformidade do empreendimento com a legislação de uso e ocupação do solo decorre da competência do município para o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

QUESTÃO 21

Com relação ao art. 5º, constante do Título II, Capítulo I da Constituição Federal de 1988, que disciplina os direitos e deveres individuais e coletivos, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Às representações sindicais não é assegurado o direito de fiscalização do aproveitamento econômico de obras criadas por artistas e seus associados.
- (B) A prática do racismo e as ações de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito, constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis.
- (C) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.
- (D) É garantia do direito de propriedade a previsão constitucional segundo a qual a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização.

QUESTÃO 22

Quanto ao controle de constitucionalidade, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) São requisitos essenciais da petição inicial da arguição de descumprimento de preceito fundamental: indicação do preceito fundamental que se considera violado; indicação do ato questionado; prova da violação do preceito fundamental; o pedido com suas especificações; se for o caso, a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.
- (B) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, entre outras, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (D) Acerca da declaração de inconstitucionalidade por omissão em se tratando de omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

QUESTÃO 23

Considerando as normas constitucionais, leia atentamente as proposições abaixo e marque a **CORRETA**:

- (A) É da competência da União instituir impostos sobre grandes fortunas, o que só poderá ser feito nos termos de lei ordinária.
- (B) As alíquotas do imposto sobre propriedade de veículos automotores não poderão ser diferenciadas em função do tipo e utilização.
- (C) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- (D) Os Municípios e o Distrito Federal podem instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

QUESTÃO 24

Considerando as disposições do Código de Processo Civil, marque a alternativa **CORRETA** pertinentes às modificações da competência:

- (A) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que realizou a primeira citação válida.
- (B) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- (C) O juiz não poderá, de ofício, ordenar a reunião de ações conexas, em caso de continência.
- (D) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto ao objeto e a causa de pedir.

QUESTÃO 25

Com relação aos recursos é **CORRETO** afirmar:

- (A) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- (B) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção sem previsão legal para que possa ser suprido.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) A sentença não pode ser impugnada em parte.

QUESTÃO 26

Quanto ao direito do contribuinte à restituição de tributos pagos indevidamente, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) O direito de pleitear restituição de tributos extingue-se com o decurso do prazo de dois anos, contado da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tiver reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
- (B) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, será feita a quem comprove ter efetuado o pagamento indevido, tenha ele assumido ou não o referido encargo financeiro.
- (C) De acordo com o Código Tributário Nacional, a reforma, a anulação, a revogação ou a rescisão de decisão condenatória, à vista da qual se tenha efetuado o recolhimento, afinal tido por indevido também podem ensejar a restituição.
- (D) O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo pago indevidamente ou a maior, não sendo tal direito, contudo, extensível à restituição de juros de mora e penalidades pecuniárias.

QUESTÃO 27

Com referência ao Sistema Tributário Nacional, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Compete aos Municípios instituir imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
- (B) Compete aos Estados instituir imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) Constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- (D) No direito positivo brasileiro, a aplicação do princípio da anterioridade da lei tributária é regra, sendo exceção os tributos não sujeitos a tal princípio.

QUESTÃO 28

Examine as proposições abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, cabendo a uma comissão mista formada por deputados e senadores emitir parecer sobre os mesmos.
- II. O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- III. O orçamento da seguridade social, que abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, está compreendido na lei orçamentária anual.
- IV. Compete ao Poder Executivo publicar o relatório resumido da execução orçamentária no prazo de até sessenta dias após o encerramento de cada trimestre.
- V. É lícito à União realizar despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, mas não aos créditos extraordinários.

- (A) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as alternativas III, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 29

Com base nas normas reguladoras do Conselho Monetário Nacional, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Constitui um dos objetivos do Conselho Monetário Nacional coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.
- (B) O Ministro da Fazenda é o presidente do Conselho Monetário Nacional.
- (C) O Conselho Monetário Nacional foi criado em substituição a Superintendência da Moeda e do Crédito.
- (D) O Presidente da República bem como o Presidente do Banco Central integram o Conselho Monetário Nacional.

QUESTÃO 30

Em conformidade com as normas de Direito Urbanístico, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social .
- (B) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público estadual, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- (C) O plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa, obrigatório para cidades com mais de quarenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (D) Aquele que possuir como seu imóvel público, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.

Questão	Resposta	Questão	Resposta
Nº 01		Nº 16	
Nº 02		Nº 17	
Nº 03		Nº 18	
Nº 04		Nº 19	
Nº 05		Nº 20	
Nº 06		Nº 21	
Nº 07		Nº 22	
Nº 08		Nº 23	
Nº 09		Nº 24	
Nº 10		Nº 25	
Nº 11		Nº 26	
Nº 12		Nº 27	
Nº 13		Nº 28	
Nº 14		Nº 29	
Nº 15		Nº 30	

O gabarito oficial da prova de múltipla escolha será divulgado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a sua realização, no órgão oficial do Município e no site <www.fgr.org.br>.

Comissão de Concursos FGR
concursos@fgr.org.br